

# Plano de Contratação Anual

PCA2025



# Sumário

Apresentação	3
Objetivos	3
Fundamento Jurídico	3
Responsáveis pela Gestão	4
Um instrumento em construção	4
Metodologia	5
Material de Consumo (3.3.90.30.00)	7
Equipamentos e Material Permanente (4.4.90.52.00)	8
Serviços de Terceiros – PJ (3.3.90.39.00) e, ou PF (3.3.90.36.00)	8
Obras e Instalações (4.4.90.51.00)	12
EXECUÇÃO	13
MONITORAMENTO	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14



# Apresentação

O Plano de Contratação Anual (PCA) é uma inovação trazida pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC), e foi regulamentado pelo Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

O PCA é um instrumento de promoção da transparência e de aprimoramento da governança pública que deve ser elaborado pelos órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo, divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e observado na realização de licitações e na execução dos contratos.

A elaboração do PCA é de caráter obrigatório, mas também altamente recomendável em razão do potencial para contribuir com a redução de desperdícios e falhas, com o aprimoramento continuado da gestão de aquisições e contratos e, mais importante, para conferir maior realismo à elaboração dos orçamentos.

## **Objetivos**

A introdução do PCA no rol de documentos de elaboração obrigatória tem por objetivos (conforme art. 5º do Decreto Federal nº 10.947/2022):

- racionalizar as contratações das unidades administrativas do ente federado, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;
- II. garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes;
- III. subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;
- IV. evitar o fracionamento de despesas; e
- v. sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

# **Fundamento Jurídico**

A Constituição Federal, no inciso XXI do art. 37, estabelece que "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão



contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá asexigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Nesse contexto, o planejamento é função administrativa primordial para o aperfeiçoamento contínuo da prestação de serviço público e requer da gestão pública a produção de documentos que amparem a tomada de decisões e promovam transparência nas ações administrativas. Com esse espírito, a Lei nº 14.133 de 2021 trouxe importante inovação ao prever que "a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias" (art. 12, VII).

## Responsáveis pela Gestão

Anuênio: 2024

Presidente (2024): Antonio Morais Sobrinho

# Um instrumento em construção

Como é próprio das inovações legislativas, o PCA não está isento de dúvidas quanto ao seu formato, requisitos, elementos e características básicas. Trata-se, em verdade, de um instrumento de planejamento novo e, embora tenha seus objetivos definidos pela lei, seu grau de aplicabilidade real ainda é desconhecido.

Adverte-se, desde já, que o PCA é um plano, não um programa. Os objetos de contratação aqui listados advêm, em grande medida, de uma **expectativa de contratação**, baseada no levantamento prévio de necessidades. É perfeitamente possível que alguns deles não venham a ser executados, pois a formação do juízo de mérito administrativo, em cada caso, sopesará a conveniência e a oportunidade de realizar cada contratação *quando* ela se mostrar necessária ou desnecessária.

Em mesmo sentido, reconhecendo-se a dinamicidade da realidade administrativa, muitas vezes reativa a circunstâncias transitórias e extraordinárias, é insensato considerar



que as despesas realizadas terão sempre o mesmo dimensionamento das despesas planejadas. Tal dinamicidade, salienta-se, interfere também na própria aplicação da metodologia eleita na estimativa dos gastos. Ao longo deste PCA, estão indicadas as circunstâncias em que a estimativa de gastos para 2025 resulta de critério diferente da metodologia adotada.

Como informa o art. 5º do Decreto nº 10.947/2022, um dos objetivos do PCA é subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual. No entanto, para o exercício de 2025, o primeiro em que esse instrumento é utilizado, a elaboração do PCA foi posterior à aprovação a LOA. Por este motivo, já se sabe que será necessário suplementar a dotação orçamentária de alguns elementos de despesa.

# <u>Metodologia</u>

Na Câmara Municipal de Arneiroz, a elaboração do presente Plano utilizou como metodologia o levantamento das despesas realizadas na atual Legislatura, utilizando- se por base a relação de empenhos emitidos nos exercícios de 2022, 2023, e 2024, classificando- os conforme os elementos de despesa e apartando as situações atípicas ocorridas no período.

Em seguida, foi realizado levantamento das necessidades da Casa, mediante análise dos objetos das contratações pretéritas, exame das necessidades atuais não atendidas e prospectivo das demandas para o exercício seguinte. A partir desse levantamento, classificou-se as compras e contratações dele resultantes, dando destaque àquelas de natureza continuada e às que serão renovadas para o exercício de 2025.

Para a formação das estimativas de despesas para 2025, levou-se em consideração o IPCA-IBGE acumulado nos ultimos 12 meses e o Plano de Ações do Poder Legislativo municipal para 2025. Isso implica que, em muitos casos, a despesa estimada supera a correção inflacionária por razões administrativas e operacionais.

Nos casos específicos em que houver expectativa de aumento da despesa além do nível de ajuste inflacionário, registra-se no campo "Justificativa" as razões de fato que subsidiama decisão de expandir a despesa com o objeto de contratação indicado.



# ORÇAMENTO 2025 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIA

#### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA:**

Órgão: 01 - CAMARA LEGISLATIVA

Unid. Orçamentária: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL

Projeto Atividade: 01.031.0001.2.001.0000- COORDENAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO LEGISLATIVO

**MUNICPAL** 

#### **CORPO LEGISLATIVO**

01 - LEGISLATIVO 01.031 - AÇÃO LEGISLATIVA 01.01.1.1 - PROCESSO LEGISLATIVO

#### 01.031.001.1.001 - INVESTIMENTOS

Código	Natureza	Descrição da Natureza da Despesa	Valores em R\$
<u>1.1</u>	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
1.2	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	1.000,00
1.3	Subtotal		6.000,00

#### 01.031.001.2.001 - MANUTENÇÃO

Código	Natureza	Descrição da Natureza da Despesa	Valores em R\$
<u>2.1</u>	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	812.000,00
2.2	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	98.000,00
2.3	3.3.90.14.00	Diárias – Civil	1.000,00
2.4	3.3.90.30.00	Material de Consumo	11.456,00
2.5	3.3.90.36.00	Otros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	24.159,00
2.6	3.3.90.39.00	Outras Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica	351.285,00
2.7	3.3.90.92.00	Despesa de Exercícios Anteriores	500,00
	Subtotal		1.298.400,00



# CONTRATRAÇÕES PLANEJADAS PARA 2025

No âmbito da Câmara Municipal de Arneiroz, a elaboração do PCA teve início com a conscientização da equipe administrativa acerca da importância deste Plano, de seus aspectos mais relevantes e dos potenciais benefícios que ele poderá trazer ao órgão.

Em seguida, foi realizado extenso levantamento das necessidades da Casa, mediante análise das contratações pretéritas, exame das necessidades atuais não atendidas e inquérito prospectivo das demandas dos Vereadores para o exercício seguinte.

A partir desse levantamento, classificou-se as compras e contratações dele resultantes, dando destaque àquelas de natureza continuada e às que serão renovadas para o exercício de 2025. Disso resultou a seguinte lista de contratações:

## Material de Consumo (3.3.90.30.00)

1. Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e material de copa e cozinha

Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Estimado em 2025	R\$ 8.456,00
Período provável	Todo o exercício.
Justificativa	A presente justificativa tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha para a manutenção das atividades diárias da Câmara Municipal de Arneiroz. Essa compra é essencial para o pleno funcionamento das instalações, a higiene do ambiente de trabalho e o suporte básico para o trabalho de servidores, vereadores e visitantes.

2. Aquisição de material de expediente (papel, pastas, caixas e afins)

Elemento de Despesa	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Estimado em 2025	R\$ 3.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	A presente justificativa tem como objetivo a aquisição de material de expediente para a manutenção das atividades da Câmara Municipal de Arneiroz. Essa compra é essencial e rotineira para o pleno funcionamento dos serviços administrativos.



## **Equipamentos e Material Permanente (4.4.90.52.00)**

3. Aquisição de material informático (computadores, impressoras etc.)

Elemento de Despesa	4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2025	R\$ 4.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	Para atendimento ao público e manutenção das atividades do poder legislativo, planeja-se adquirir novos equipamentos.

#### 4. Aquisição de mobiliário

Elemento de Despesa	4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2025	R\$ 1.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	O valor estimado para 2025 é uma projeção específica para o objeto, pautada no levantamento de necessidades da Câmara Municipal de Arneiroz ao longo do atual exercício, considerando a expectativa de substituição dos móveis do plenário, pois já estão depreciados, e, a da implementação da sala de atendimento de atendimento ao público.

## Serviços de Terceiros – PJ (3.3.90.39.00) e, ou PF (3.3.90.36.00)

5. Serviço de hospedagem do site e agenciamento de publicidade, marketing, relações públicas, compliance digital - LGPD, gestão, fiscalização de contratos, parlamentar e governamental, captura e indexação eletrônica de documentos, 65catalogação e organização de documentos físicos.

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2025	R\$ 135.044,00
Período provável	Todo o exercício
Justificativa	Destina-se a garantir a observância do princípio constitucional as isonomia, em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa. Desta forma o legislativo visa dar total transparência e segurança aos seus atos oficiais, além de cumprir as determinações legais, poder ter acesso as publicações oficiais de maneira rápida, segura e transparente



#### 6. Serviço de Assesoria e Consultoria Jurídica.

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2025	R\$ 65.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	Justifica-se a necessidade de serviços de assessoria e consultoria jurídica, buscando, cumprimento da legislação no âmbito da Câmara Municipal de Arneiroz, e bem como todo o ordenamento jurídico, possibilitando assim o patrocínio de defesas em nome do Legislativo, em qualquer esfera da justiça, tribunais de contas, ministério público, contribuindo para atingir as metas e objetivos.

#### 7. Serviço de provedor de acesso à internet

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2025	R\$ 2.400,00
Período provável	Todo o Exercicio
Justificativa	A presente solicitação visa a contratação de um link de internet dedicado de 80 Mbps, por meio de fibra óptica, para atender às necessidades de conectividade da Câmara Municipal de Arneiroz. A escolha por essa tecnologia e velocidade se justifica pela necessidade de garantir estabilidade, segurança e alta performance para as operações diárias da instituição, que dependem crescentemente de serviços online.

#### 8. Serviço bancários

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2025	R\$ 3.000,00
Período provável	Conforme demanda eventual
Justificativa	Necessidade de pagamento de taxas e serviços bancários.

#### 9. Serviço de Assessoria e Consultoria ao Setor de Contratos.

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2025	R\$ 24.000,00
Período provável	Todo o Exercício



#### Justificativa

Justifica-se a necessidade de serviços de assessoria e consultoria buscando, cumprimento da legislação vigente, bem como todo o ordenamento jurídico, que versa sobre as contratações públicas, possibilitando o total conhecimento e gerenciamento do legislativo municipal.

#### 10. Serviço de manutenção de equipamentos de ar-condicionado

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2025	R\$ 2.000,00
Período provável	Demanda eventual
Justificativa	Trata-se de serviço de prestação continuada, consistente em manutenções preventivas e higienização das máquinas de arcondicionado do prédio-sede da Câmara Municipal de Arneiroz.

#### 11. Serviço de manutenção de equipamentos informáticos e periféricos

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2025	R\$ 12.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	A presente justificativa visa a contratação de uma empresa especializada para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e sistemas de informática da Câmara Municipal de Arneiroz. Essa medida é essencial para garantir o pleno funcionamento da infraestrutura tecnológica da instituição, otimizando o fluxo de trabalho, evitando interrupções e garantindo a segurança dos dados

#### 12. Serviço de fornecimento de água encanada e esgoto

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2024	R\$ 2.000,00
Período provável	Todo o exercício.
Justificativa	A presente justificativa tem como objetivo a contratação de uma empresa para a distribuição de água canalizada para a Câmara Municipal de Arneiroz. Essa medida é essencial para garantir o acesso a um recurso básico e indispensável para as atividades diárias da instituição, a saúde e o bem-estar dos servidores e do público.

#### 13. Serviço de fornecimento de energia elétrica



Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2024	R\$ 5.000,00
Período Provável	Todo o Exercício
	A presente justificativa tem como objetivo a contratação de uma empresa para a distribuição de energia elétrica para o prédio da Câmara Municipal de Arneiroz. Essa contratação é um serviço essencial e indispensável para o pleno funcionamento das atividades do Poder Legislativo, garantindo a operação de todos os equipamentos e sistemas que dependem de eletricidade.
Justificativa	

#### 14. Serviço de Assessoria e consultoria Contábil

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2024	R\$ 70.000,00
Período provável	Todo o exercício.
Justificativa	Justifica-se a necessidade de serviços de assessoria e consultoria contábil, buscando, cumprimento da legislação, lei de responsabilidade fiscal e bem como todo o ordenamento jurídico, que versa sobre as contas públicas, possibilitando o total conhecimento e gerenciamento do erário público municipal

15. Serviço de *software* de gestão contábil, Folha de Pagamento, almoxarifado, Patrimonio, Portal da Transperencia, protocolo, etc.

Elemento de Despesa	3.3.90.39.00 – Serviços de T.I. e Comunicação
Estimado em 2025	R\$ 30.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	Em atendimento às regras que estabelecem o SIAFIC, a Câmara Municipal de Arneiroz dará continuidade à contratação realizada pelo Poder Legistivo.
	Foi utilizado o patamar da despesa realizada em 2024 e adequado para o estimado considerando ainda o índice IPCA-IBGE

16. Serviço de locação de imóvel



Elemento de Despesa	3390.36.00 – Serviços de locação de imóvel
Estimado em 2025	R\$ 5.000,00
Período provável	Todo o Exercicio
Justificativa	A necessidade de locação de um imovel destinado ao funcionamento do Arquivo Morto da Câmara Municipal de Arneiroz

### 17. Serviço de locação e operação de sistema som

Elemento de Despesa	3390.36.00 – Serviços de locação de sistema de som
Estimado em 2025	R\$ 19.000,00
Período provável	Todo o Exercicio
Justificativa	A necessidade de garantir a qualidade e estabilidade da comunicação para sessões, eventos e atendimento ao público, além de justificar a substituição de equipamentos obsoletos, melhorar a experiência de participantes, e assegurar a transparência e agilidade dos trabalhos legislativos, mitigando falhas e problemas recorrentes de sistemas antigosto da Câmara Municipal de Arneiroz

# Obras e Instalações (4.4.90.51.00)

#### 18. Obras e Instalações

Elemen	to de Despesa	3390.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estim	ado em 2025	R\$ 1.000,00
Perío	do provável	Demanda Eventual
Ju	stificativa	Justifica-se a eventual necessidade de reforma na estrutura da sede do Poder Legislativo em consequência a sua depreciação.



# **EXECUÇÃO**

A execução do presente PCA levará em consideração, em primeiro lugar, a disponibilidade financeira ao longo do exercício de 2025.

Serão priorizados os serviços essenciais para o funcionamento da Câmara Municipal, sobretudo aqueles cujo início da prestação é fundamental já a partir de janeiro.

Em segundo lugar, será considerando que o presente PCA foi elaborado antes da Lei Orçamentária de 2025, resta evidente que poderá ser necessário a ORÇAMENTO 2025 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIA, como foi apresentada, e, devido o espaço temporal compreendido da elaboração deste PCA e de sua execução que supera 9 meses, poderá ocorrer a necessidade da realização de alterações, mediante a abertura de crédito suplementar, com anulação de despesas da própria unidade orçamentária, para comportar os gastos planejados em algumas áreas.

A situação descrita acima é resultado do período de adaptação às inovações trazidas pela Lei Federal n. 14.133 e tende a não se repetir nos exercícios futuros, conforme antecipado anteriormente.

# **MONITORAMENTO**

O monitoramento da execução do PCA será realizado em dois momentos: em caráter prévio, no momento da aprovação da Solicitação de Despesa, pelo setor requisitanta e pela Controladoria Interna, a cada 3 (três) meses, que verificará seu efetivo cumprimento e identificará eventuais contingências e necessidades de emenda ao Plano.

Os tecnicos da Câmara Municipal de Arneiroz orientará a equipe de contratação a indicar, detalhadamente, as circunstâncias de fato ou de direito que acarretem eventual contratação em dissonância com o previsto neste PCA.



# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente PCA será publicado no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Arneiroz, e estará permanentemente disponível para consulta.

Ademais, será garantida ampla publicidade a eventuais atualizações e emendas a este PCA, pelos canais oficiais de comunicação do município de Arneiroz, assim como dos eventuais detalhamentos que venham a ser produzidos.

Arneiroz, 30 de agosto de 2024.

Antonio Morais Sobrinho
Presidente